



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JULIANA RIBEIRO JUSTINO

**MATERNIDADE ATÍPICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DE
ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DE MÃES SOLO DE CRIANÇAS COM TEA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

JULIANA RIBEIRO JUSTINO

**MATERNIDADE ATÍPICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DE
ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DE MÃES SOLO DE CRIANÇAS COM TEA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

JULIANA RIBEIRO JUSTINO

**MATERNIDADE ATÍPICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: EXPERIÊNCIAS DE
ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DE MÃES SOLO DE CRIANÇAS COM TEA
EM SÃO FRANCISCO DO CONDE/BA**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 22/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Zelinda dos Santos Barros

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Rita de Cássia Santos Barbosa

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Examinadora)

Prof.^a Dr.^a Cristiane Santos Souza

Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB
(Examinadora)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVOS	7
2.1	GERAL	7
2.2	ESPECÍFICOS	7
3	JUSTIFICATIVA	7
4	REFERENCIAL TEÓRICO	9
5	METODOLOGIA	13
5.1	DECLARAÇÃO DE USO DE IA	14
6	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

A inclusão tem se consolidado como um princípio fundamental no campo educacional brasileiro, especialmente após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. Este marco legal defende o direito de todas as crianças ao acesso, à permanência e à aprendizagem no ambiente escolar, refletindo-se no aumento expressivo de matrículas na educação especial, que passou de 1,8 milhão em 2023 para 2,1 milhões em 2024, conforme dados do Censo Escolar (Brasil, 2025). Mais do que inserir estudantes nas escolas regulares, a inclusão implica reconhecer e respeitar as diferenças, além de garantir condições reais para que cada criança possa se desenvolver de maneira digna e participativa. Entretanto, apesar dos avanços nas políticas públicas e nos marcos legais voltados à inclusão, a realidade vivenciada por muitas famílias ainda revela dificuldades significativas na efetivação desse direito.

Entre os estudantes que mais evidenciam os desafios da inclusão escolar estão as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação social, interação social e presença de comportamentos repetitivos ou interesses restritos (APA, 2014). O autismo envolve diferentes formas de comunicação, interação social e aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas mais flexíveis e sensíveis às necessidades individuais de cada criança. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na construção de um ambiente acolhedor e acessível. No entanto, a ausência de apoio especializado, a falta de formação adequada para profissionais da educação e as limitações estruturais presentes em muitas instituições acabam dificultando a efetivação da educação inclusiva.

Diante dessas dificuldades, as famílias passam a assumir grande parte das responsabilidades relacionadas ao acompanhamento escolar e ao desenvolvimento das crianças. Estudos realizados por Vilanova (2022) demonstram que a sobrecarga materna é um fenômeno prevalente no contexto do TEA, evidenciando que as mães frequentemente suprem as lacunas deixadas pelo sistema de apoio institucional. Essa realidade se torna ainda mais intensa quando se trata de mães solo, que frequentemente experienciam a maternidade com sobrecarga emocional, social e financeira. Além do cuidado diário, essas mulheres também precisam lidar com demandas escolares, atendimentos terapêuticos, busca por direitos e mediação

constante entre a criança e as instituições. Pesquisas como as de Barbosa (2025) e Diniz, Lobato e Ferreira (2025) atestam que essa invisibilidade do trabalho de cuidado e a ausência de redes de apoio sólidas resultam em um isolamento social e exaustão física e mental das genitoras.

Nesse sentido, a experiência das mães solo de crianças com TEA revela que a inclusão escolar não depende apenas da existência de leis, mas da forma como as práticas educacionais e as políticas públicas se concretizam no cotidiano. Muitas vezes, a falta de suporte institucional transfere para as famílias responsabilidades que deveriam ser compartilhadas entre escola, Estado e rede de apoio. Assim, o problema que orienta esta pesquisa parte da seguinte questão: Como os desafios da educação inclusiva atravessam a experiência da maternidade atípica de mães solo no acompanhamento escolar de crianças com TEA em São Francisco do Conde/BA?

A partir dessa problemática, o estudo busca compreender como essas mulheres percebem o processo de escolarização dos filhos, quais dificuldades enfrentam na relação com as instituições de ensino e de que maneira as práticas escolares impactam sua rotina e experiência materna. Esta pesquisa não se limita à identificação de dificuldades no acompanhamento escolar, mas busca compreender como os desafios da educação inclusiva atravessam a experiência da maternidade atípica de mães solo de crianças com TEA, configurando práticas, interpretações e estratégias construídas no cotidiano da escolarização. Ao dar visibilidade às narrativas dessas mulheres, o estudo pretende contribuir para reflexões sobre o fortalecimento das práticas inclusivas, da rede de apoio e da responsabilidade compartilhada entre família, escola e políticas públicas.

Para isso, a pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por entender que as experiências, percepções e vivências das participantes não podem ser reduzidas a dados numéricos. O estudo será realizado no município de São Francisco do Conde-BA, tendo como foco mães solo de crianças com TEA acompanhadas pelo Centro de Referência do Autista (CRASF). A escolha desse campo se justifica pela relevância social do serviço e pela possibilidade de compreender a temática a partir de uma realidade específica e situada.

Partimos do entendimento de que a inclusão escolar não se concretiza apenas por meio do acesso à escola, dependendo da construção de relações acolhedoras e comprometidas com a diversidade. Assim, compreender a experiência das mães solo

de crianças com TEA é também refletir sobre os limites e possibilidades de uma educação verdadeiramente inclusiva.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Compreender como os desafios da educação inclusiva atravessam a experiência da maternidade atípica de mães solo no acompanhamento escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no município de São Francisco do Conde/BA.

2.2 ESPECÍFICOS

- Compreender como mães solo de crianças com TEA experienciam a maternidade atípica no acompanhamento escolar de seus filhos;
- Analisar como as práticas escolares relacionadas à educação inclusiva são percebidas por mães solo no processo de acompanhamento escolar;
- Identificar estratégias, tensionamentos e formas de mediação construídas por mães solo diante dos desafios da inclusão escolar.

3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa surge da necessidade de refletir sobre os desafios vivenciados por mães solo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que se refere ao acesso e à permanência dos filhos em uma educação verdadeiramente inclusiva. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação para todas as crianças, a realidade cotidiana demonstra que, muitas vezes, a inclusão escolar permanece limitada ao plano formal, sem o suporte pedagógico, estrutural e institucional necessário para atender às demandas específicas dos estudantes com TEA e de suas famílias.

Nesse contexto, destaca-se a experiência das mães solo, que frequentemente assumem sozinhas as responsabilidades relacionadas ao cuidado, acompanhamento terapêutico, rotina doméstica e vida escolar dos filhos. Segundo dados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, o Brasil possui aproximadamente 10,3 milhões de unidades domésticas chefiadas por mães solo, das quais 7,8 milhões vivem exclusivamente com seus filhos, sem a presença de cônjuges ou outros parentes. Essa condição produz formas severas de sobrecarga, compreendidas não apenas como excesso de tarefas, mas como um desgaste emocional profundo e uma responsabilização exclusiva pelo desenvolvimento da criança Vilanova (2022). Assim, quando as instituições escolares e os serviços públicos não oferecem suporte adequado, parte dessas responsabilidades é transferida para a família, recaindo majoritariamente sobre a mãe, o que é corroborado por estudos sobre a feminização do cuidado e a invisibilidade das demandas de mães atípicas Diniz *et al.* (2025).

A escolha por investigar essa temática no município de São Francisco do Conde-BA, com foco em mães acompanhadas pelo Centro de Referência do Autista de São Francisco do Conde (CRASF), justifica-se pela relevância social e pela necessidade de produzir conhecimento situado. Compreender as experiências dessas mulheres em seu próprio território permite identificar desafios concretos e os limites das políticas públicas locais. Pesquisas que abordem a interseção entre maternidade atípica, monoparentalidade feminina e inclusão escolar em contextos municipais de pequeno porte ainda são insuficientes no Brasil, especialmente no que tange à análise da eficácia da rede de apoio local frente ao aumento de 17,2% nas matrículas de alunos com deficiência na educação básica (INEP, 2024).

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para o debate entre educação inclusiva, gênero, cuidado e políticas públicas. O estudo pretende acrescentar a esse debate uma compreensão aprofundada sobre a maternidade atípica em municípios de pequeno porte, analisando especificamente a relação entre a precariedade da inclusão escolar e o aumento do trabalho de cuidado não remunerado das mães, além de avaliar os efeitos da implementação local das políticas inclusivas.

Socialmente, o estudo poderá colaborar para a construção de estratégias mais sensíveis e eficazes de acolhimento às famílias, fortalecendo a parceria entre escola, serviços especializados e responsáveis. Espera-se, ainda, que os resultados possam apoiar reflexões e ações voltadas à formação de profissionais da educação, ao

aprimoramento das práticas inclusivas e ao reconhecimento das demandas específicas dessas mães.

Desse modo, esta pesquisa se justifica por dar visibilidade a experiências frequentemente silenciadas e por contribuir para a construção de uma educação inclusiva que ultrapasse o discurso formal e se concretize como direito, cuidado e justiça social.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva representa um importante avanço social na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e na construção de uma sociedade mais justa, democrática e acessível. No contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a inclusão escolar ultrapassa a ideia do simples acesso à escola, envolvendo também acolhimento, respeito às diferenças, adaptação pedagógica e suporte às famílias. Nesse cenário, destaca-se a realidade das mães solo de crianças com TEA, que enfrentam diariamente os desafios da chamada maternidade atípica, marcada por sobrecarga emocional, responsabilidades intensificadas e constantes lutas por direitos e inclusão social.

A maternidade atípica refere-se à experiência de mães que cuidam de filhos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou condições que demandam acompanhamento contínuo. Essas mulheres vivenciam profundas mudanças em suas rotinas, muitas vezes precisando reorganizar completamente suas vidas em função das necessidades da criança. Segundo Silva *et al.* (2012), o autismo afeta não apenas a criança, mas toda a dinâmica familiar, exigindo adaptações emocionais, sociais e financeiras diante das demandas do cuidado. Os autores afirmam que “o diagnóstico do autismo costuma provocar mudanças profundas na rotina familiar” (Silva *et al.*, 2012, p. 52), evidenciando os impactos emocionais vivenciados pelas mães.

Além disso, a ausência de rede de apoio faz com que inúmeras mulheres assumam sozinhas responsabilidades relacionadas às terapias, consultas médicas, acompanhamento escolar e cuidados diários da criança. Nas famílias monoparentais, essa realidade torna-se ainda mais intensa, já que a mãe solo frequentemente acumula funções maternas, domésticas e financeiras. Diniz *et al.* (2025) destacam que a maternidade atípica é atravessada por desigualdades de gênero, invisibilização do

cuidado e ausência de políticas públicas eficazes, fazendo com que muitas mulheres assumam isoladamente a luta pelos direitos e pela inclusão escolar dos filhos.

Nesse contexto, compreender as especificidades do Transtorno do Espectro Autista torna-se fundamental para a construção de práticas educacionais mais acolhedoras e inclusivas. O TEA é caracterizado por alterações no neurodesenvolvimento que afetam principalmente a comunicação, a interação social e o comportamento. Conforme a cartilha *Conhecendo o Transtorno do Espectro Autista* (Instituto Federal da Paraíba, 2017), o transtorno apresenta diferentes níveis de manifestação, motivo pelo qual recebe a denominação de “espectro”. As crianças com TEA podem apresentar dificuldades na comunicação verbal e não verbal, resistência a mudanças de rotina, sensibilidade sensorial e comportamentos repetitivos, características que influenciam diretamente o processo de aprendizagem e adaptação escolar.

Segundo Grandin e Panek (2015), o cérebro autista possui formas singulares de percepção e processamento das informações, fazendo com que muitas crianças desenvolvam maneiras diferenciadas de aprender e interagir socialmente. Os autores destacam que “o cérebro autista percebe o mundo de maneira diferente” (Grandin; Panek, 2015, p. 42), demonstrando que compreender essas particularidades é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e humanizadas.

No Brasil, importantes avanços legais fortaleceram os direitos das pessoas com TEA. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidou o debate sobre o acesso dos estudantes com deficiência às escolas regulares. Posteriormente, a criação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, representou uma conquista significativa ao reconhecer a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Conforme Camurça (2022), essa legislação fortaleceu o direito ao acesso à educação regular e à inclusão social das pessoas autistas. A autora afirma que a educação inclusiva “deve assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e participação efetiva do estudante” (Camurça, 2022, p. 29).

Entretanto, apesar dos avanços nas legislações inclusivas, a realidade educacional brasileira ainda apresenta inúmeras barreiras. Muitas escolas enfrentam dificuldades relacionadas à falta de formação docente, ausência de mediadores escolares, escassez de recursos pedagógicos e práticas capacitistas que dificultam a

permanência e o desenvolvimento da criança com TEA no ambiente escolar. Segundo Camurça (2022), a inclusão escolar requer não apenas matrícula na escola regular, mas também acessibilidade, acolhimento e desenvolvimento de metodologias adequadas às necessidades dos estudantes.

Nesse cenário, a escola possui papel fundamental não apenas na inclusão da criança, mas também no acolhimento das famílias. Quando a instituição estabelece relações com as mães, promove diálogo constante e reconhece as dificuldades enfrentadas no cotidiano, contribui significativamente para reduzir a sobrecarga emocional e fortalecer o processo de inclusão. A relação entre escola e família torna-se indispensável para o desenvolvimento infantil e para a construção de um ambiente educacional mais acolhedor.

A formação docente também aparece como elemento essencial para a efetivação da educação inclusiva. Segundo Camurça (2022), os professores precisam compreender as especificidades do autismo e desenvolver práticas pedagógicas capazes de atender diferentes formas de aprendizagem. Grandin e Panek (2015) ressaltam que compreender o funcionamento do cérebro autista possibilita a construção de estratégias educacionais mais humanizadas e eficazes. Assim, torna-se necessário investir em capacitação profissional, metodologias flexíveis e práticas pedagógicas individualizadas, capazes de respeitar as singularidades de cada estudante.

Além dos desafios relacionados à inclusão escolar, a maternidade atípica também produz impactos significativos na saúde emocional das mães solo de crianças com TEA. O processo de diagnóstico do autismo costuma provocar mudanças profundas na rotina familiar, gerando sentimentos de medo, insegurança e sobrecarga emocional. Silva, Gaiato e Reveles (2012) afirmam que o diagnóstico frequentemente provoca sofrimento psíquico nas mães, especialmente diante das incertezas relacionadas ao desenvolvimento da criança e às dificuldades futuras.

Bilato (2025) discute ainda o chamado “luto pelo filho ideal”, compreendido como uma perda simbólica das expectativas construídas antes do diagnóstico. Com base nas concepções de Freud (1916), a autora explica que esse processo não está relacionado à morte física, mas à desconstrução de idealizações sobre a maternidade e sobre o futuro da criança. As mães entrevistadas relataram sentimento de culpa, tristeza, medo e solidão após a descoberta do diagnóstico, além da necessidade de reorganizar completamente suas vidas em torno do cuidado integral da criança.

Outro aspecto importante refere-se à invisibilidade social dessas mulheres. Kintope e Borges (2020) destacam que muitas mães atípicas passam a viver exclusivamente em função do cuidado, deixando de reconhecer suas próprias necessidades, desejos e subjetividades. Segundo as autoras, a autoestima dessas mulheres costuma ser profundamente afetada pela sobrecarga constante e pela ausência de apoio social. A sociedade frequentemente romantiza a figura da “mãe forte”, invisibilizando o sofrimento emocional e a exaustão vivenciados diariamente por essas mulheres.

Almeida *et al.* (2024) também evidenciam que a rotina intensa de cuidados contínuos, somada ao isolamento social e às responsabilidades diárias, impacta diretamente a saúde mental das mães de crianças com TEA. O estudo demonstra que muitas mulheres abandonam o trabalho e reorganizam completamente suas vidas em função das necessidades da criança, evidenciando como o cuidado ainda é socialmente tratado como responsabilidade exclusivamente materna.

Nesse contexto, a escuta qualificada e o acolhimento psicológico tornam-se fundamentais. Ishikawa e Abrão (2025) afirmam que muitas mães não encontram espaços seguros para expressar sentimentos, angústias e dificuldades relacionadas à maternidade atípica. Segundo os autores, a escuta sensível funciona como importante estratégia de cuidado emocional, permitindo que essas mulheres compartilhem experiências e encontrem fortalecimento diante das dificuldades cotidianas.

As redes de apoio também possuem papel essencial no enfrentamento da sobrecarga materna. Os grupos de apoio possibilitam troca de experiências, acolhimento emocional e fortalecimento psicológico das mães. Além disso, práticas escolares podem contribuir significativamente para reduzir o sofrimento emocional dessas mulheres. Quando a escola reconhece as necessidades da família, estabelece diálogo constante e promove inclusão efetiva, favorece não apenas a aprendizagem da criança, mas também o bem-estar materno.

Dessa forma, percebe-se que a inclusão escolar de crianças com TEA não pode ser discutida separadamente da realidade vivida pelas mães atípicas, especialmente aquelas que enfrentam a maternidade solo. A ausência de suporte familiar, social e institucional intensifica a sobrecarga feminina e revela a necessidade de políticas públicas mais eficazes, capazes de garantir acesso à educação, saúde, assistência social e acolhimento psicológico.

Portanto, compreender a relação entre educação inclusiva e maternidade atípica significa reconhecer que o processo de inclusão envolve múltiplas dimensões sociais, emocionais e políticas. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige práticas pedagógicas humanizadas, formação docente adequada, fortalecimento das redes de apoio e compromisso coletivo com o respeito às diferenças. Assim, promover inclusão significa construir espaços mais humanos, acessíveis e comprometidos com a dignidade tanto da criança com TEA quanto das mulheres que vivenciam diariamente os desafios do cuidado.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por compreender que o objeto investigado envolve experiências subjetivas, relações sociais, significados e vivências que não podem ser plenamente apreendidos por meio de dados numéricos ou estatísticos. O interesse central do estudo não está em medir a frequência dos problemas enfrentados por mães solo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mas em compreender como esses desafios são vividos, percebidos, interpretados e narrados pelas próprias participantes em seu cotidiano.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se, portanto, pela necessidade de acessar dimensões como sentimentos, estratégias de enfrentamento, percepções sobre a escola, sentidos atribuídos ao cuidado materno e experiências relacionadas à inclusão escolar. Tais aspectos exigem uma escuta aprofundada e contextualizada, considerando a realidade social e familiar de cada participante. Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, pois busca compreender um fenômeno social específico e ainda pouco discutido em sua realidade local: a experiência de mães solo de crianças com TEA no município de São Francisco do Conde/BA.

O campo observacional será o município de São Francisco do Conde/BA, tendo como espaço de referência o Centro de Referência do Autista de São Francisco do Conde (CRASF), por sua relevância social enquanto serviço especializado de acompanhamento às crianças com TEA e suas famílias. A escolha desse campo se dá pela pertinência ao problema investigado, uma vez que o CRASF concentra famílias diretamente relacionadas ao objeto da pesquisa e constitui importante espaço

de articulação entre cuidado, apoio institucional e encaminhamentos educacionais. Pretende-se entrevistar um número aproximado de participantes suficiente para alcançar profundidade analítica, podendo variar conforme a saturação dos dados.

Serão utilizadas entrevistas e enquetes via aplicativo de rede social o WhatsApp como uma das técnicas de produção de dados. Essa modalidade permite combinar perguntas orientadoras com liberdade para que as participantes relatem suas trajetórias, dificuldades e percepções com maior espontaneidade. As entrevistas buscarão compreender temas como: rotina de cuidados, relação com a escola, experiências de inclusão, rede de apoio, desafios emocionais e impactos da maternidade solo. As entrevistas serão gravadas, mediante autorização prévia, e posteriormente transcritas de forma integral ou parcial para análise. Também será utilizada observação de campo em espaços institucionais ou coletivos vinculados ao CRASF.

Os dados produzidos serão organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo temática, buscando identificar núcleos de sentido presentes nas falas e registros de campo. Inicialmente, será realizada leitura aprofundada do material, seguida de codificação e construção de categorias analíticas.

Por envolver participantes em possível situação de vulnerabilidade emocional e social, a pesquisa adotará cuidados éticos fundamentais, garantindo sigilo, anonimato, respeito e escuta sensível durante todo o processo. A participação será voluntária, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o direito de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo às participantes.

As participantes serão preservadas por meio do uso de nomes fictícios ou códigos, evitando qualquer exposição indevida. A condução das entrevistas buscará respeitar limites emocionais e subjetivos das participantes, acolhendo suas narrativas com responsabilidade e ética.

5.1 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Eu, Juliana Ribeiro Justino, declaro que o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado **"MATERNIDADE ATÍPICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: experiências de acompanhamento escolar de mães solo de crianças com TEA em São Francisco do Conde/BA"** foi desenvolvido de forma autônoma, com base

em minha pesquisa e análise, mas durante a elaboração da pesquisa utilizei ferramentas de Inteligência Artificial Generativa para auxiliar no processo de revisão linguística e estruturação de tópicos. A utilização dessas tecnologias teve como finalidade exclusiva o suporte linguístico na construção da redação, não substituindo a minha própria autoria, análise crítica dos dados ou responsabilidade ética sobre o conteúdo apresentado. Todas as informações geradas ou sugeridas por ferramentas de IA foram rigorosamente revisadas, validadas em fontes bibliográficas acadêmicas e adequadas ao contexto específico da pesquisa em São Francisco do Conde/BA. Declaro, portanto, que o trabalho reflete sua produção intelectual original, utilizando a tecnologia apenas como recurso de apoio metodológico e operacional, em conformidade com os princípios de transparência e integridade acadêmica.

6 CRONOGRAMA

[illegible]

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. *et al.* **Impactos socioemocionais em mães de filhos autistas.** Repositório Ânima, 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, P. C. P. **Mães Atípicas:** desafios da Maternidade. ID on line. Revista de psicologia, v. 19, n. 75, 2025.

BILATO, Anna Beatriz. O luto pelo filho ideal: o emocional materno após o diagnóstico de autismo. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 3, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Crescem matrículas de alunos com transtorno do espectro autista.** Brasília: MEC, 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAMURÇA, Tatiana Apolinário. **Autismo e a educação na política inclusiva.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

DINIZ, Karla Fernanda Castro; LOBATO, Grasiely da Rocha; FERREIRA, Arinelson de Jesus Costa. Direito à maternidade atípica: desafios e garantias legais para mães de crianças neurodivergentes no Brasil. *In: Tutela de Grupos Vulneráveis – Vol. 02.* Editora Pascal, 2025.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista.** Rio de Janeiro: Record, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2022: **Composição familiar e unidades domésticas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Conhecendo o transtorno do espectro autista.** João Pessoa: IFPB, 2017.

ISHIKAWA, Bianca Garcia; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. A importância da escuta de mães de crianças com TEA. **Práxis em Saúde**, v. 3, n. 1, 2025.

KINTOPE, Larissa Oro; BORGES, Raphaela de Souza. Empoderando mães atípicas: um estudo de campo sobre a importância da autoestima na maternidade atípica. **Journal of Media Critiques**, v. 6, n. 18, p. 21-36, 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular:** entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SOUZA, J. C. P. O amparo psicológico às mães atípicas. **Revista Foco**, 2025.

VILANOVA, J. R. S. Sobrecarga de mães com filhos diagnosticados com transtorno do espectro autista. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, 2022.